



CONSELHO MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Municipal nº. 6.007/94 com as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº. 9.185 de 02 de outubro de 2003 e Lei Municipal nº. 10.211, de 27 de abril de 2007

RESOLUÇÃO Nº. 03/2019 – CMAS, de 31 de janeiro de 2019.

Súmula: Aprova proposta de alteração do valor e a operacionalização do Benefício Eventual Emergencial.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso das atribuições que lhe conferem as Leis Federais nº. 8.742/93 e Lei 12. 435/11 e Lei Municipal nº. 6.007/94 com as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº. 9.185 de 02 de outubro de 2003 e Lei Municipal nº. 10.211, de 27 de abril de 2007, e considerando:

- Decreto nº. 6.307 de 14/12/201, que dispõe sobre Benefícios Eventuais de que trata o art. 22 da Lei nº. 8.742/93;
- Lei Municipal nº. 10.558/2008;
- A apresentação da proposta de alteração no valor e a operacionalização do Benefício Eventual Emergencial, bem como a disponibilidade orçamentária apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Apresentação e aprovações nas Comissões de Fundo e Comissão de acompanhamento de PBF e de benefícios socioassistenciais;
- A deliberação da reunião extraordinária deste Conselho, realizada no dia de 30 de janeiro de 2019.

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar a proposta de alteração no valor e a operacionalização do Benefício Eventual Emergencial, cujo valor passara de R\$72,00 para R\$85,00, visando suprir situações de contingências sociais.

Parágrafo Único: os critérios para concessão deste benefício regidos por Decreto, aborda também a desvinculação da necessidade de inclusão previa no Cadastro Único.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na presente data, devendo ser publicada.

Londrina, 31 de janeiro de 2019.

Neusa Harumi Tiba
Presidente

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Avenida bandeirantes, 379
E.mail: cmas@londrina.pr.gov.br



CONSELHO MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Municipal nº. 6.007/94 com as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº. 9.185 de 02 de outubro de 2003 e Lei Municipal nº. 10.211, de 27 de abril de 2007